

## MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº /2016 - SERVIÇO



TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONEXÃO COM A INTERNET DE 30 Mbps, GERENCIAMENTO DE REDE WIRELESS, SEGURANÇA DE ACESSO À INTERNET UTM, E SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA PARA EQUIPAMENTOS DE REDE WI-FI, QUE FAZEM ENTRE SI A ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – EMERJ E A EMPRESA \_\_\_\_\_ (Processo Administrativo nº2016.125972).

A Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ-MF sob o nº 35.949.858/0001-81, com endereço na Rua Dom Manuel, nº 25, Centro, Rio de Janeiro, doravante denominada Contratante, neste ato representada pelo seu (sua) Diretor(a)-Geral, Desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa, e a sociedade empresária \_\_\_\_\_, CNPJ-MF nº \_\_\_\_\_, com endereço na \_\_\_\_\_, doravante denominada Contratada, representada neste ato por seu procurador, \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, emitida pelo \_\_\_\_\_, C.P.F. nº \_\_\_\_\_, conforme \_\_\_\_\_, firmam o presente Termo de contrato, cuja celebração foi autorizada às fls. \_\_\_\_\_ do Processo Administrativo nº 2016.125972, concernente à licitação nº 08/2016, efetuada na modalidade Pregão. Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições, que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei federal nº 10.520, de 17/07/02, e a Lei federal nº 8.666/93, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações, além das normas legais e regulatórias voltadas à sustentabilidade compatíveis com o objeto deste contrato.

**PRIMEIRA (DO OBJETO)** – A Contratada se obriga a prestar o(s) serviço(s) de \_\_\_\_\_, em conformidade com as especificações do termo de referência, anexo I, do edital da Licitação nº 08/2016 que, com a proposta apresentada pela Contratada, integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os modos, fins e efeitos legais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ poderá suprimir ou acrescentar objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no Artigo 65, I e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A Contratada compromete-se a executar os serviços, em conformidade com os aspectos de saúde e segurança ocupacional estabelecidos em legislação, normas e regulamentos específicos, visando à melhoria e ao desempenho dos processos de trabalho, quanto aos aspectos ambientais, sociais, econômicos, trabalhistas e previdenciários.

**SEGUNDA (DO REGIME DE EXECUÇÃO)** – O objeto deste contrato será executado sob o regime de \_\_\_\_\_.

**TERCEIRA (DO RECEBIMENTO DO OBJETO)** – O objeto do contrato será recebido, conforme o caso, nos termos do art. 73 da Lei Federal 8.666/93.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Todos os serviços executados pela Contratada estarão sujeitos à aceitação da EMERJ, que aferirá se os mesmos satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso.

**QUARTA (DA FISCALIZAÇÃO)** – A fiscalização, com fundamento no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, cabe à Contratante, que a seu critério e por meio de servidor designado pelo (a) \_\_\_\_\_, deverá exercê-la de modo amplo, irrestrito e permanente em todas as fases de execução das obrigações,

inclusive quanto ao desempenho da Contratada, sem prejuízo do dever desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Contratante. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – A existência e a atuação da fiscalização da Contratante em nada restringe a responsabilidade integral e exclusiva da Contratada quanto à integridade e à correção da execução das prestações a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros. **QUINTA (DO VALOR)** – O valor do contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme o lance final de preço proposto pela Contratada, correspondendo ao objeto definido na cláusula primeira e para a totalidade do período mencionado na cláusula oitava. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Decorrido 01 (um) ano da data do orçamento ao qual a proposta se referir, o valor do contrato poderá ser repactuado, aplicando-se o IPCA, mediante requerimento da Contratada, devidamente justificado, para análise e posterior aprovação, no caso de reconhecimento pela Contratante da pertinência das informações apresentadas, após a devida negociação entre as partes. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Novas repactuações deverão observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da última repactuação. **SEXTA (DA DESPESA)** – A despesa do contrato correrá à conta do Código de Despesa \_\_\_\_\_ do Programa de Trabalho \_\_\_\_\_ do Orçamento da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, conforme nota(s) de empenho acostada(s) aos autos, ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado, oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos. **SÉTIMA (DO PAGAMENTO)** – O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta-corrente no **BANCO BRADESCO S/A** em até 15 (quinze) dias contados da entrega da fatura/nota fiscal, isenta de erros, acompanhada de Certidão de Regularidade Fiscal do FGTS, da Certidão Negativa de Débito (CND) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) devidamente válidas. Neste momento, poderá ser exigida a comprovação do atendimento às legislações específicas, relativas à saúde e à segurança ocupacional. O fiscal do contrato conferirá cada fatura e atestará a execução em conformidade com o contrato. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Como condição para que o pagamento seja efetuado, a Contratada deverá haver cumprido todas as determinações quanto aos requisitos dispostos neste Edital e na legislação específica. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – Ocorrendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, o valor devido será corrigido, aplicando-se a variação do IPCA, acrescendo-se, ainda, ao valor original da parcela devida o encargo moratório de 0,5% (meio por cento) por mês, alcançando 6% (seis por cento) ao ano. Entende-se por atraso o prazo que exceder 15 (quinze) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada. **OITAVA (DO PRAZO)** – O prazo do contrato, prorrogável na forma do art. 57, II ou § 1º da Lei federal nº 8666/93, é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data indicada no memorando de início do serviço, a ser expedido pelo órgão fiscal, após a assinatura do contrato. **NONA (DA GARANTIA)** - O Contratado apresentou o comprovante de prestação da garantia, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato. **PARÁGRAFO PRIMEIRO**– O não atendimento caracterizará falta contratual e sujeitará o contratado às sanções previstas neste contrato **PARÁGRAFO SEGUNDO**. Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei federal 8.666/93, o contratado deverá complementar no prazo de 2 (dois) dias o

valor da garantia prestada para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O Contratado, após o cumprimento integral das obrigações assumidas e recebidas pelo Contratante em conformidade com o art.73 da Lei federal nº 8.666/93, dirigirá, à Divisão de Finanças da EMERJ o requerimento de liberação da garantia prestada. **DÉCIMA (DAS OBRIGAÇÕES)** –

Além do que consta no termo de referência (anexo I), a Contratada é obrigada a corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios ou incorreções resultantes da execução ou que a impeçam. **DÉCIMA PRIMEIRA (DAS PENALIDADES)** –

À Contratada, total ou parcialmente inadimplente, observados os princípios da ampla e prévia defesa, contraditório e proporcionalidade, serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei federal nº. 8.666/93, a saber: a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço; b) multa, I -administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, com ou sem prejuízo para o serviço (Lei estadual nº 287/79, art. 226 e Decreto 3149/80, art. 87; II- moratória, ocorrendo atraso na execução, por causa da Contratada, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independente de notificação ou interpelação; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço; d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes, ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As

penalidades de multa, estabelecidas na alínea “b” do *caput* desta cláusula, poderão ser cumuladas com qualquer das demais. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – O valor de multa aplicado será descontado de eventuais créditos que tenha em face da Contratante, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-la judicialmente. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - As penalidades acima descritas poderão ser aplicadas, sem

prejuízo do disposto no art. 7º da Lei federal nº 10.520/02. **PARÁGRAFO QUARTO** – As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados à Contratante. **DÉCIMA SEGUNDA (DA RESCISÃO)** – O presente contrato

poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela Lei Federal 8.666/93 e no contrato. **DÉCIMA TERCEIRA (DAS RESPONSABILIDADES)** – A Contratada assume como

exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou

obrigações vinculados à legislação ambiental, tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e cuja responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente

contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - A Contratada deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente, independentemente do detalhamento e/ou especificação do termo de referência. **PARÁGRAFO QUARTO** – A Contratada responderá, exclusivamente, pelos crimes ambientais que praticar, nos termos da legislação vigente. **PARÁGRAFO QUINTO** – A Contratada manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação. **DÉCIMA QUINTA (DOS TRIBUTOS E DESPESAS)** – Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto. **DÉCIMA SEXTA (DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO)** – Em 20 (vinte) dias, contados de sua assinatura, a Contratante providenciará a publicação no DJERJ, em resumo, do presente termo de contrato. **DÉCIMA SÉTIMA (DO FORO)** – O Foro do contrato será o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, excluído qualquer outro. Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Rio de Janeiro,            de            de 2016.

**Desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa**  
**Diretor-Geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro**

**Contratada**